

DINÂMICA TERRITORIAL E MOBILIDADE GEOGRÁFICA NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO HUMANA DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ - AM

TERRITORIAL DYNAMICS AND GEOGRAPHIC MOBILITY IN THE HUMAN OCCUPATION OF AMANÃ RESERVE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT - AM

Edna Ferreira Alencar¹

¹ Dra. em Antropologia pela Universidade de Brasília, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará; Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. E-mail: ealencar@ufpa.br

RESUMO

PALAVRAS-CHAVES:

Amazônia;
Territorialidade;
Migração; Memória social

O artigo discute alguns aspectos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã a partir da análise de informações coletadas em pesquisa. Utiliza uma abordagem histórica para identificar as características e os fatores que foram relevantes na configuração desse processo de ocupação. O artigo está dividido em quatro partes, na primeira discutimos brevemente sobre os desafios metodológicos de realizar uma pesquisa sobre a história de uma região baseada apenas na memória dos moradores. Na segunda parte, realizamos uma breve contextualização da história da ocupação colonial dessa região da Amazônia. Na terceira parte, abordamos a história da ocupação humana de Amanã, destacando as principais características, os principais atores e áreas de povoamento. Na última parte realizamos uma breve análise dos fatores sociais e ambientais que foram decisivos para a configuração dessa ocupação.

ABSTRACT

KEYWORDS:

Amazônia;
Territoriality;
Migration;
Social memory

The article discuss some aspects of the history of the occupation human being of the Reserve of Sustainable Development Amanã from analyzes of information collected in research. It uses a historical boarding to identify the characteristics and the ones that had been excellent in the configuration of this process. The article is divided in four parts. In the first part we briefly argue on the metodológicos challenges to carry through a research on the history of an established region only in the memory of the inhabitants. In the second part, we carry through one brief contextualização of the history of the colonial occupation of this region of the Amazônia. In the third part, we approach the history of the occupation human being of Amanã, detaching the main characteristics of this occupation, the main actors and areas of povoamento. In it finishes part we carry through one brief analysis of the social and ambient factors that had been decisive for the configuration of this occupation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir alguns aspectos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã - RDSA, uma unidade de conservação criada pelo governo do Estado do Amazonas através do Decreto 19.021/98, que é administrada pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAME implementada pela Sociedade Civil Mamirauá – SCM.

A análise está fundamentada em informações que fazem parte do relatório final da pesquisa “Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã” (ALENCAR, 2007), que realizamos na área focal da reserva Amanã, onde estão sendo realizados estudos e implementados projetos de manejo de recursos e de extensão, e contou com o apoio financeiro do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM/MCT, através do FEPIM/2004.

O objetivo da pesquisa foi conhecer o processo de ocupação humana dessa área da reserva, identificar as características dessa ocupação e os principais fatores, ambientais e sociais, que foram relevantes nesse processo. A pesquisa utilizou uma abordagem histórica que não implicou no estudo exaustivo e minucioso da história da ocupação daquela região, e sim em conhecer aspectos dessa história. Trata-se de uma história que dificilmente poderia ser conhecida sem os relatos de primeira mão daqueles que ocuparam a região, vindos de outras regiões em

busca de melhores condições de vida, ou dos relatos em segunda mão de seus descendentes. Portanto, a análise que aqui apresentamos está baseada em fragmentos de memórias daqueles que hoje habitam a área da RDSA, tomados como principal fonte de informação. Os relatos orais podem ser considerados aqui como “histórias não documentadas de grupos sociais marginalizados ou oprimidos”, e também evidências orais e um registro da “história oculta da migração” (THOMSON, 2002, p.343) que ocorreu na região amazônica no final do século XIX e início do século XX.

O estudo da ocupação humana da área focal da Reserva Amanã permitiu conhecer um pouco da história das migrações de indivíduos ou de famílias que ocuparam as terras explorando recursos naturais, e da história ambiental daquela região. Através dos relatos é possível encontrar pistas sobre a maneira como as pessoas se relacionaram com determinados ambientes no passado (WOSTER, 1988; DRUMMOND, 1991).

O espaço que serve de cenário para os eventos narrados remete ao contexto local e regional, pois raramente os narradores falaram de lugares distantes, como a cidade de Vila Bittencourt, localizada na faixa de fronteira do Brasil com a Colômbia, ou a cidade de Manaus. Estas cidades eram lembradas quando os narradores procuravam contextualizar espacialmente a área de influência dos grandes patrões que atuavam na região comprando a produção dos pequenos comerciantes locais, ou quando falavam da migração de parentes sejam os que se deslocaram de antigos seringais, ou

que migraram para a área urbana nos anos 70. Por outro lado, o tempo alcançado pela memória dos narradores remete a apenas duas gerações ascendentes, como mencionado em outro momento (LIMA; ALENCAR, 2001; ALENCAR, 2008), fruto do processo contínuo de mobilidade dos indivíduos e da descontinuidade dos vínculos sociais.

Para se conhecer o processo de ocupação humana de um território, identificar padrões de ocupação e a variação desses padrões no tempo, alguns fatores devem ser levados em consideração na análise, principalmente fatores econômicos, sociais e ambientais. A adaptação dos grupos humanos a certos ambientes, como as áreas de várzea e de terra firme da região amazônica, depende da capacidade de utilizar os recursos naturais disponíveis. Nesse sentido, os fatores ambientais mais relevantes no processo de ocupação de Amanã são aqueles relacionados às variações sazonais, como as cheias e vazantes dos rios, e às transformações que ocorrem na paisagem física, como a terra caída (ALENCAR, 2007). Dentre os fatores sociais que são relevantes na configuração de certos padrões de ocupação humana, destacamos o parentesco, a problemática da posse e da propriedade da terra, o sistema de produção econômica, a presença ou não do Estado.

A metodologia utilizada para obter as informações consistiu no uso de técnicas da pesquisa em história oral e da pesquisa etnográfica, sendo que esta última permitiu estabelecer um contato mais estreito com os moradores, e identificar os principais

narradores, ou portadores da memória sobre a história dos lugares. Para obter as informações sobre os fatores sociais e ambientais presentes no processo de ocupação humana e de mobilidade de indivíduos, o ponto de partida foi a história de formação das localidades. Nesse sentido, o uso da história oral permitiu obter informações importantes sobre o nome de antigos moradores, os lugares de origem, o destino da migração dos mesmos e sobre o papel do parentesco neste processo migratório.

Através do testemunho pessoal, os narradores revelaram o complexo entrelaçamento de fatores que caracterizaram o processo de ocupação da área focal da RDSA no passado, e os principais atores sociais que estiveram presentes nesse processo. As narrativas permitiram conhecer as redes sociais, políticas e econômicas que foram construídas; o sistema de troca de informações sobre oportunidades econômicas; as estratégias econômicas que desenvolveram e as redes de comercialização. Também é possível identificar os principais produtos que eram comercializados e os comerciantes que atuavam na região; conhecer as redes e as formas de sociabilidade que existiam entre as famílias, e identificar os laços sociais, os vínculos de parentesco e sua importância na formação e estabilidade de um grupo social. Estas informações são importantes para compor um quadro demonstrativo do processo de ocupação dessa região.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte discutimos brevemente sobre os desafios metodológicos de realizar uma pesquisa

sobre a história de uma região baseada apenas na memória dos moradores, e na segunda parte, realizamos uma breve contextualização da história da ocupação colonial dessa região da Amazônia. Tomamos como referência alguns estudos que discutem o processo de ocupação do território e a dinâmica demográfica associada a este processo, e também à expansão da economia extrativista, com a exploração de produtos de origem animal e vegetal. O grande destaque é o período da expansão da indústria extrativa da borracha, o qual esteve associado a uma intensa dinâmica demográfica e ao aumento do território brasileiro. Na terceira parte, apresentamos alguns resultados do estudo sobre a história da ocupação de Amanã, destacando as principais características dessa ocupação, os principais atores e áreas de povoamento. Por fim, na última parte realizamos uma breve análise dos fatores sociais e ambientais que foram decisivos para a configuração dessa ocupação, marcada pelo controle de territórios, pelo povoamento rarefeito, pela sujeição dos extratores aos padrões e pela mobilidade da população.

DESAFIOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA SOBRE MEMÓRIA SOCIAL

Realizar uma pesquisa sobre a história da ocupação humana de uma região como a Amazônia baseada apenas nas narrativas orais e na memória dos moradores, apresenta alguns desafios. O principal deles é a fragmentação e a profundidade das lembranças que fazem parte da memória dos entrevistados, pois os eventos lembrados raramente alcançam um tempo superior a uma geração ascendente. Por esse

motivo, na realização das entrevistas procurou-se reunir pessoas que vivenciaram os mesmos eventos, ou que foram contemporâneas, para assim estimular as lembranças e ajudar a despertar os silêncios da memória. Considerando que nem tudo o que é vivido é lembrado, a estratégia de reunir um grupo de pessoas para que falasse sobre a história de um povoado, ou da ocupação de uma região mostrou-se muito eficaz porque fez aflorar a lembrança de eventos passados, e possibilitou aos narradores que tiveram uma convivência em algum momento de suas trajetórias de vida, partilhar as lembranças de alguns eventos. Segundo Halbwachs (1980) sendo a memória social um processo coletivo, o grupo social tem um papel importante no sentido de reforçar as lembranças e de estimular sua emergência.

A relação entre passado e presente aparece nas narrativas de forma clara quando os narradores avaliam o passado a partir das experiências do presente, ou tendem a avaliar o presente usando como referência experiências do passado. Assim, passado e presente são reconstruções que visam reforçar uma identidade do presente num processo que, segundo Thomson (1997), decorre do fato da memória remeter à relação passado-presente, e envolver “um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado” (THOMSON, 1997, p. 57). No processo de lembrar as pessoas escolhem as memórias que desejam recordar e narrar. Portanto, quando falamos de memória coletiva estamos nos reportando a um conjunto de lembranças

que um grupo ou sociedade conserva como referência de sua própria existência, e não a somatória de todas as memórias individuais. Para Halbwachs a memória coletiva “tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Uma característica da pesquisa com memória social realizada nestas condições é a dificuldade de obter uma periodização dos eventos, tarefa que exige do pesquisador o uso de algumas estratégias metodológicas para construir uma cronologia mínima, a partir da identificação dos eventos que os moradores consideraram importantes, posto que foram lembrados. Situar cronologicamente os eventos mostrou-se uma tarefa difícil para os moradores, pois a freqüente mobilidade de indivíduos e de famílias tende a provocar a descontinuidades dos vínculos sociais e impedir a reprodução da memória do passado. A mobilidade é uma característica do processo de ocupação que ocorreu em Amanã e teve como principal vetor uma economia baseada no extrativismo de produtos naturais que se encontravam dispersos por uma extensa área geográfica. Este tipo de ocupação é distinto da ocupação que visa à formação de povoados como forma de garantir direitos sobre um território. A mobilidade, como resposta tanto às mudanças no sistema de produção econômica, quanto aos problemas fundiários e a fatores ambientais, contribui para a perda de referências cronológicas importantes.

Outra dificuldade está relacionada à dispersão dos moradores mais antigos e que são depositários da memória dos lugares, que migraram para a área urbana, para cidades como Maraã, Tefé, Coari e Manaus. Como observamos em outro momento (ALENCAR, 2007, 2008), a migração dos mais velhos para a área urbana impede a reprodução e socialização da memória social sobre os eventos passados para as novas gerações. O isolamento dos indivíduos significa o não partilhar a memória do passado, gerando lacunas e fragmentação das lembranças que compõem esta memória (CONNERTON, 1998).

A seguir faremos uma breve síntese da história da ocupação humana da região sudoeste da Amazônia, baseada em fontes bibliográficas, destacando a ocupação das calhas dos rios principais como o Solimões, Purus, Juruá e Japurá.

A OCUPAÇÃO COLONIAL DA AMAZÔNIA E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

A história da ocupação colonial da Amazônia tem sido dividida em ciclos, tomando como referência o sistema de produção econômica, a dinâmica demográfica e a ocupação do território para caracterizar cada um dos ciclos. De modo geral, fica claro nas diversas tentativas de periodização que o processo de expansão da economia mercantil, fundada na exploração de recursos naturais e na utilização da população local como mão de obra escrava, resultou em profundas transformações sócio-culturais e econômicas (WAGLEY, 1988; OLIVEIRA, 1983).

A expansão colonial na parte Norte do Brasil, iniciada com a exploração das “drogas do sertão” possibilitou a ocupação de um vasto território que iniciou pelas faixas de terras situadas às margens dos rios principais e, posteriormente, alcançou as áreas de terra firme mais distante dos rios. Este processo de expansão das atividades extrativas resultou no deslocamento e no extermínio de populações nativas que viviam às margens de rios como o Solimões, o Japurá, o Juruá, o Purus e o Madeira. Neste momento os rios eram usados como as principais rotas de acesso às áreas de extrativismo e de controle do território.

“Os tributários do rio-mar foram amplamente explorados. Durante meses os sertanistas ficavam numa expedição extrativista, sendo que a organização dessas expedições estava subordinada a épocas apropriadas, dependendo do produto a ser coletado. Avançaram em todas as direções, percorrendo os rios, igapós, igarapés, floresta e campos (...) Foi, portanto, uma atividade dispersiva, e até certo ponto predatória, que incentivou a exploração do território amazônico (OLIVEIRA, 1984, p. 194-195)”

No momento mais produtivo da indústria da borracha, que ocorreu entre os anos de 1850 do século XIX e os anos de 1920 do século XX, um grande contingente de nordestinos migrou para a Amazônia, tendo as cidades de Belém e Manaus como parada intermediária. A partir delas, eram conduzidos para os seringais situados nas cabeceiras dos rios Madeira, Juruá, Purus e Japurá, regiões onde estavam

situados os seringais mais produtivos. Esses imigrantes, atraídos pelas notícias de fartura e de obter riquezas, acabaram contribuindo para a ocupação de amplos territórios, ao mesmo tempo em que causavam o despovoamento daqueles territórios ocupados pela população ameríndia.

“Saindo à procura de seringueiras nativas, os extratores brasileiros conseguiram aumentar o patrimônio territorial do Brasil com a anexação do Acre e, chegando à região sempre em levadas crescentes, os migrantes ampliaram o contingente demográfico da Amazônia que em 1820 foi estimado ao redor de 137 mil habitantes; em 1870 passou para 323 mil; em 1900 alcançou cerca 695 e em 1910 chegou a atingir 1.217.000 indivíduos. Mas enquanto crescia a população dita civilizada, diminuía a indígena, com a retração de suas terras (OLIVEIRA, 1984, p. 223)”

A entrada desses migrantes alterou o quadro populacional da região e de ocupação do território, pois os trabalhadores da seringa se dirigiam para as áreas centrais de terra firme onde estavam alguns grupos indígenas que haviam procurado refúgio nessas áreas, no primeiro momento da ocupação colonial, para escapar do extermínio (ALMEIDA, 1997). Até a metade do século XIX a população indígena que habitava ao longo das calhas dos principais rios da Amazônia, como o Solimões e o Japurá, havia sido expulsa para as áreas mais distantes, passando a ocupar as cabeceiras de igarapés, como é o caso de grupos da etnia ticuna que residem na região do Alto Solimões (OLIVEIRA

FILHO, 1979), e dos vários grupos que habitavam a região situada entre os rios Juruá-Purus. No final do século XIX, com o aumento da demanda pela borracha no mercado internacional, não apenas os imigrantes estrangeiros e nordestinos participaram do processo de extração, como também a população indígena foi amplamente utilizada pelos seringalistas realizando o trabalho de extração em regime de semi-escavidão (OLIVEIRA FILHO, 1979).

“A área compreendida entre os rios Juruá-Purus possuía, no início da ocupação pelos extratores principalmente nordestinos, mas também peruanos e bolivianos, diversos grupos tribais que falavam línguas Pano, Aruak e Katukina, e nenhum branco. Cerca de dez anos depois, quando ela se tornara a principal região produtora da borracha, a maior parte desses grupos tribais havia desaparecido física e culturalmente, enquanto os ‘civilizados’ somavam acima de 50 mil. (OLIVEIRA, 1984, p. 238)”

Na segunda metade do século XIX, a dinâmica demográfica adquiriu novos contornos sendo estimulada pela expansão da atividade econômica centrada no extrativismo da borracha, quando houve o aumento demográfico e territorial da Amazônia, e pelas políticas do governo imperial e republicano. Como parte de um processo mais amplo de expansão da economia capitalista internacional, o capital internacional investiu na indústria extrativa do látex, financiando o recrutamento de imigrantes para o trabalho na extração da seringa. Grandes empréstimos foram concedidos aos governos das províncias para

que estes promovessem políticas de estímulo à imigração, dando preferência a camponeses do norte de Portugal e Espanha, e nacionais para ocupar terras e desenvolver a agricultura (OLIVEIRA 1984; RIBEIRO 1990; WEINSTEIN, 1993), pois havia uma crise de abastecimento de produtos de origem agrícola, uma vez que a mão de obra disponível estava sendo direcionada para a indústria de extração da borracha.

No processo de consolidação da economia centrada no extrativismo da borracha tiveram destaque algumas empresas bancárias e de comércio, com sede nas cidades de Belém e Manaus, as quais tinham suas matrizes na Inglaterra e nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 1984; RIBEIRO, 1990; WEINSTEIN, 1993). Estas empresas forneciam o capital e as mercadorias necessárias para abastecer as casas de comércio dos vários comerciantes que se encontravam nas cidades e vilas menores. Estes comerciantes funcionavam como elo de ligação entre as grandes casas aviadoras e os pequenos comerciantes (patrões) espalhados pelos diversos seringais situados nas áreas de terra firme, cujo acesso era realizado através dos rios. Por estas vias também era escoada a produção da borracha, principal moeda usado para pagamento das manufaturas.

Algumas empresas de navegação, vinculadas às empresas estrangeiras que investiram na indústria extrativa da borracha, também desempenharam um papel importante nesse processo, por facilitar o escoamento da produção e o abastecimento dos comércios situados nas cidades do interior da Amazônia e, indiretamente, dos trabalhadores espalhados nos vários seringais

localizados no interior da Amazônia (RIBEIRO, 1990). É neste contexto que podemos situar os principais personagens que estiveram à frente do processo de ocupação humana de Amanã.

A OCUPAÇÃO HUMANA DA ÁREA FOCAL DA RESERVA AMANÃ

A Reserva Amanã está localizada entre o Rio Negro e o baixo curso do Rio Japurá, e possui uma área total de 2.313.000 ha abrangendo terras dos municípios de Maraã, Coari, Barcelos e Codajás. Uma parte significativa da reserva é formada por ambiente de terra firme, e outra parte por ambiente de várzea. A população de moradores e de usuários da RDSA é de 3.259 pessoas e 514 domicílios, distribuídos em 69 localidades (IDSMS, 2006).

A história da ocupação humana de Amanã que será aqui analisada tem uma escala temporal de quase cem anos, de 1900 a 2005, segundo a cronologia dos eventos que foram alcançados pela memória dos moradores das várias comunidades pesquisadas (ALENCAR, 2007). Como estamos trabalhando aqui com dados históricos coletados através de entrevistas, não faremos considerações ou mencionaremos a presença da população indígena nessa região, por não dispormos de informações suficientes para elaborar uma análise sobre o tipo de ocupação humana correspondente ao período em que alguns grupos habitaram a região do lago Amanã, cuja presença pode ser identificada nos vestígios arqueológicos espalhados ao longo das margens deste lago (COSTA, 2009).

A partir das informações coletadas foi possível identificar distintos momentos desse processo de ocupação, tendo como referência o sistema de produção econômica, o tipo de produto explorado, o tipo de comércio, o padrão de povoamento e demográfico. Alguns fatores sociais foram determinantes na caracterização do processo demográfico e na forma de ocupação humana da área da RDSA, dentre os quais podemos destacar: a) o sistema de produção econômica; b) a concentração fundiária de vastas áreas de terra firme, ricas em recursos naturais comercialmente valorizados, nas mãos de influentes comerciantes de Tefé, Alvarães, Coari e Manaus, os quais restringiam o acesso a essas terras, limitando assim o povoamento; c) a demanda do mercado por diferentes produtos extrativos; d) a especificidade das relações sociais de produção e, mais recentemente, e) a presença das administrações municipais e a criação da RDSA.

A partir desses fatores, e tendo como referência principal o padrão de povoamento e a questão fundiária, distinguimos dois momentos dessa história. O primeiro momento, que inicia nas primeiras décadas do século XX e se estende até os anos 60, apresenta algumas características: a) o predomínio de uma economia centrada na extração de produtos florestais, quando aconteciam as expedições de trabalhadores para realizar a extração dos produtos em áreas distantes das margens dos rios principais; b) a sujeição dos extratores a um patrão, relacionada ao sistema de financiamento conhecido como aviamento, que predominou no período da economia extrativa da borracha, e persiste no

século XXI; c) um comércio centrado na área rural constituído em torno do barracão dos padrões e na extração de produtos florestais; d) a ocupação das terras firmes para realizar atividades extrativistas, castanha, sorva e caça; e) a exploração da pesca do pirarucu e de bagres.

No segundo momento, que iniciaria no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX podemos apontar algumas características: a) surgimento das comunidades, um tipo de organização que tem como característica principal formação de uma organização política que seguia o modelo proposto pelo MEB. As comunidades são formadas a partir da agregação de famílias que residiam de forma dispersa; b) o desenvolvimento de atividades produtivas centradas na agricultura e no manejo de recursos naturais, como a pesca; e c) maior presença do Estado com a criação de novos municípios (ALENCAR, 2007), e implementação de algumas políticas de extensão rural; d) declínio do comércio rural e formação de um campesinato regional (LIMA-AYRES, 1992); e) migração para a área urbana.

Para cada um desses momentos correspondem diferentes estratégias de ocupação do espaço e de uso de recursos naturais, e também mudanças na dinâmica demográfica da região. Enquanto no primeiro momento houve a dispersão e a mobilidade dos trabalhadores e das famílias que residiam em pequenas localidades formadas por uma ou três casas, em parte devido à sazonalidade do trabalho na extração do látex (sorva e seringa) e na coleta da castanha, no segundo momento, houve a

formação das comunidades, com a reunião de várias famílias que passam a dividir um mesmo território, e partilhar uma ideologia religiosa.

O padrão de povoamento que predominou até o início dos anos 70 do século XX na área de Amanã tem como uma de suas características o número reduzido de povoados e a dispersão geográfica das famílias, residindo em casas isoladas. A população era formada por trabalhadores individuais, e por famílias que estavam envolvidas nas atividades extrativistas sazonais, realizando um processo de mobilidade sazonal entre o local de residência e as áreas de extrativismo onde estavam as colocações. Enquanto algumas famílias estabeleceram residência às margens dos lagos Amanã e Urini, e na boca de igarapés e paranás adjacentes, outras residiam temporariamente nas colocações situadas dentro de igarapés, em regiões distantes das margens dos rios principais, e que eram de difícil acesso.

A localização dos povoados à entrada dos igarapés que davam acesso aos seringais e aos castanhais, permitia controlar a entrada das pessoas que faziam a exploração dos recursos naturais existentes nas terras que eram cortadas por esses cursos de água. Portanto, a ocupação humana da região do Lago Amanã ocorreu principalmente nas áreas de terra firme as quais eram acessíveis somente através de paranás e de igarapés. Nessas áreas estavam situadas as *colocações* que serviam de base de apoio para aqueles que trabalhavam na extração da seringa, da sorva e na coleta da castanha.

A maioria das unidades demográficas identificadas pelos narradores sequer possuía um nome, como também não foi identificado um termo específico utilizado para referi-las, como ocorre hoje com o termo comunidade, usado para referir aos povoados. Geralmente atribuía-se um nome ao lugar associado à família que ali residia, ou em função de uma característica geográfica tais como “Bocado Juazinho” ou “Boca do Bacaba”. Nesse sentido, o termo *povoado* foi empregado pelos narradores para fazer a distinção entre estas unidades demográficas do passado e as atuais comunidades que possuem como característica distintiva a existência de uma organização política. O termo *povoado* também foi empregado para referir aos lugares onde existiam mais de uma casa, distinguindo assim de uma residência individual, ou das colocações onde havia apenas um *tapiri* que servia de abrigo para os trabalhadores na época da safra de alguns produtos.

Os povoados maiores eram aqueles onde estava situada a residência de um patrão, o qual controlava a terra e a exploração de seringais, castanhais e lagos piscosos, ou onde residia um gerente que administrava o barracão de algum comerciante de Alvarães, Tefé ou Coari. O barracão de comércio era usado tanto para armazenar a produção quanto para estocar as mercadorias destinadas ao abastecimento dos extratores. Outra característica desses povoados era a existência de um *campo* de criação de gado, e a realização de eventos sociais capazes de articular uma ampla rede de sociabilidade envolvendo os moradores de povoados vizinhos, ou aqueles que trabalhavam nas colocações.

Alguns desses povoados deixaram de existir após o final dos anos 50 e 60 quando a demanda pela borracha reduziu drasticamente, e os padrões migraram para a área urbana.

Devido a dispersão geográfica das casas, o contato entre as famílias ocorria de forma esporádica na época da safra dos principais produtos extrativos como a castanha e a borracha, quando as pessoas se encontravam nos pontos de coleta que eram as colocações. A dispersão dos moradores e a mobilidade freqüente de indivíduos e de famílias talvez expliquem o fato dos narradores não lembrarem o nome de pessoas e de famílias com as quais conviveram em algum momento. Soma-se a isso, o fato das casas serem construídas com material de curta durabilidade, como tábuas de madeira ou de paxiúba, e a grande capacidade de regeneração da floresta, que em poucos anos apaga os vestígios materiais da ocupação humana.

Alguns fatores ambientais também foram determinantes nesse processo de mobilidade dos grupos sociais e dos povoados, dentre os quais se destacam a terra caída e a formação de novas terras; as secas rigorosas e as grandes cheias, como a ocorrida em 1953; a localização dos povoados em áreas sujeitas a inundações, e a escassez relativa de recursos naturais.

Nos últimos cem anos o tipo de exploração econômica desenvolvida na região de Amanã foi um fator que teve grande influência na maneira como ocorreu a ocupação do espaço, no processo de escolha dos locais para a construção dos povoados, na variação do número dos mesmos

e na dinâmica populacional. Muitos povoados eram ocupados temporariamente por aqueles que trabalhavam nos seringais e nos castanhais, havendo uma variação no número de moradores e de casas, conforme referido anteriormente. É importante observar que ao longo de um século, tanto o número de povoados quanto a densidade da população residente na área da reserva Amanã não possui uma relação direta com a intensidade da exploração econômica dos recursos naturais que foi realizada (ALENCAR, 2007). Isso porque a região foi explorada tanto por pessoas que residiam na área, quanto por pessoas oriundas de outras regiões, e que lá permaneciam apenas o tempo que durava o empreendimento extrativista, realizando feitoria na época da safra dos principais produtos extrativistas.

A partir das informações obtidas com os moradores foi possível identificar cerca de 60 povoados que existiram nesse período de quase cem anos, incluindo os atuais (ALENCAR, 2007). Entretanto, como não obtivemos dados demográficos sobre esta região da Amazônia que antecede a segunda metade do século XX, não foi possível fazer uma estimativa do número de pessoas que habitou essa região da RDSA no período estudado. Somente na segunda metade do século XX foi realizado um levantamento demográfico da população da região do baixo Japurá, e que seria a primeira estatística da população do município de Maraã realizada nos anos 60, alguns anos após a criação do município que ocorreu em 1955. Os números mostram que a população dos vários municípios

era essencialmente rural nas décadas de 60 e 70.

“Em 1960, as terras dos municípios de Japurá, Maraã (desmembrados de Tefé pela Lei Estadual 96 de 19/12/55) e Tefé, totalizando 109.869 km², eram habitados por uma população de 25.511 habitantes, a saber: (...) Maraã - 6.997 habitantes (546 urbanos e 6.451 rurais)... Em 1970, a população total dos três municípios somava 27.591 habitantes estando assim distribuídos: (...) Maraã 6.519 (216 urbanos e 6.303 rurais) (ARNAUD, 1989, p.289)”

A pesquisa confirma estes dados quando contabilizamos o número de povoados extintos e encontramos referências sobre a existência de um número significativo de pessoas e de famílias que migraram para a área urbana após os anos 70. Muitas famílias migraram para cidades como Coari, Manaus, Maraã e Tefé em busca de trabalho e de melhores condições de moradia, muitas vezes abandonando suas terras ou deixando alguém morando para zelar pelo lugar. A constituição de um campesinato regional (LIMA-AYRES, 1992) vai ser marcada pela ocupação das áreas de várzea e de terra firme para a produção agrícola, centrada principalmente no cultivo da mandioca para a produção de farinha e na combinação com atividades de extrativismo e coleta. Somente nos anos 80 é que algumas terras foram novamente ocupadas, seja por ex-moradores que desistiram de morar na área urbana, seja por famílias que migraram de outras regiões situadas nos rios Coari, Juruá e Jutai (ALENCAR, 2007).

CONTROLE DA TERRA, MUDANÇAS ECONÔMICAS E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Alguns atores tiveram papel importante no processo de ocupação humana de Amanã quer por garantir as condições mínimas de trabalho para as famílias que realizavam a extração do látex ou na coleta da castanha, viabilizando assim a ocupação das áreas mais distantes, quer por estimular a organização dessas famílias em comunidades. São eles: os comerciantes (patrões); a Igreja Católica, através da Prelazia de Tefé nos anos 70 estimulou a formação de núcleos de povoamento, as comunidades, e o desenvolvimento de atividades econômicas com menor dependência da exploração extrativista dos recursos naturais; o Estado, através da política de criação de novos municípios estimulou a migração para a área urbana. A partir dos anos 90, a presença do Estado através da implementação de algumas políticas públicas, com investimentos em infraestrutura comunitária e construção de escolas nas áreas rurais, tem estimulado a formação de novas comunidades (ALENCAR, 2007). Para este trabalho nos deteremos nos primeiros, os patrões (comerciantes) que viabilizaram a ocupação das áreas mais distantes, quando a ocupação se caracterizou pela dispersão das famílias espalhadas pelos seringais e castanhais, visando maximizar uma economia extrativista e predatória que estava fundada no lucro imediato.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a ocupação humana da região da Reserva Amanã reflete uma característica do processo mais amplo de ocupação da Amazônia promovida por uma economia centrada na exploração de recursos naturais, com destaque para a extração da borracha. Com o declínio da produção da borracha nas primeiras décadas do século XX ocorreu um novo fluxo migratório, quando seringueiros começaram a descer os rios em busca de alternativas econômicas e de lugares para se estabelecer. Alguns se dirigiram para as áreas de várzea do médio rio Solimões (LIMA; ALENCAR, 2001), do Japurá e do Purus, reconhecidas pela fartura de pescado e de outros produtos extrativos com grande valor de mercado. Nas três primeiras décadas do século XX há informações da chegada de várias famílias procedentes de seringais localizados nos rios Juruá, Jutai e Japurá para se estabelecerem em terras localizadas nas proximidades do Lago Amanã ou em rios e paranás que davam acesso a esse lago. As famílias que chegaram à região eram atraídas pela notícia da existência de lagos fartos em pescado e de amplas áreas de terra firme onde abundavam recursos naturais.

“Muitos vinham por notícia, né? Porque aqui né, era isolado. O finado papai contava que eles vieram por notícia, que aqui era muito bom, muito farto de tudo. E era mesmo. E quando um lugar é assim, o pessoal trata logo porque tem o que eles tirarem, tem produção, né? Aí então por notícia eles vieram”. (Sebastião, comunidade Vila Nova)

“E foi assim que foram chegando os arigós. Chegavam aqui do Juruá. Era no tempo da guerra. Os patrões faziam pedidos de mercadoria dos arigós, mostravam o retrato do cara ensapatado, todo bacana, só pra enganar. O cara quando chega assim leva na cara. E eles chegavam e viam o retrato do seringueiro e pensava: - Vou ganhar dinheiro, aí vinha aquela quantidade. Muitos morreram aqui no Coracizinho, de muitas doenças; malária...” (Augustinho, comunidade Matuzalém)

Os patrões desempenharam um papel importante no processo de ocupação humana da RDSA porque estimularam a migração de indivíduos e famílias, para trabalhar no extrativismo das sorva, da seringa, da maçaranduba ou na coleta de castanha, quando pretendiam aumentar a produção. Os trabalhadores eram recrutados nas áreas urbanas ou em áreas de antigos seringais localizados nos altos rios Japurá, Juruá e Purus. Também recrutavam moradores dos povoados da região de Amanã para trabalhar em seringais situados no alto rio Japurá, geralmente se tratavam de famílias que eram seus fregueses e tinham dívidas a acertar. Para garantir a produtividade dos seringais e castanhais os patrões contratavam gerentes para administrar os barracões que estavam situados nos povoados que se localizavam nas áreas onde o acesso aos seringais e aos castanhais era mais fácil. Os barracões eram os entrepostos comerciais que faziam o aviamento de mercadorias para os extratores, e recebiam a produção em troca. Dessa forma os patrões

garantiam a permanência dos trabalhadores nas colocações e o escoamento da produção que era extraída nas áreas situadas distante dos rios principais.

“Nós chegamos pra cá em 53, eu vim com meu pai, porque o vovô tava muito velho e queria se mudar pra outro canto. Trabalhava era com sorva e castanha [...] Depois o Cinésio Machado trouxe ele pra cá. Ele dizia que o lago do Amanã era bom, tinha muito pirarucu aqui [...] Essa terra era do Alceu Gama. Ele tinha um barracão [...] vinha de mês em mês pegar castanha aqui. Naquela época não tinha motor. Então o Alceu trazia mercadoria e ele aviava e tinha freguês nessas comunidades todas: no São José, no Taboca, no Baré e no Ubim. Trabalhamos pouco tempo com eles, de 53 pra 70. Uns vinte anos. Ai quando eles saíram ai o pessoal foi viver fazendo produção de peixe. Muitos lugares estão abandonados. Desses antigos só tá nós e o pessoal do Tavares lá do Baré.” (Quelé, comunidade Boa Esperança)

“Quando eu entrei aqui eu tinha 15 anos. Nós baixamos do Japurá, lá do Paraná da Igualdade pra cortar seringa com o patrão Cinésio Machado. Os comerciante trazia de lá as famílias pra cá falando que aqui era bom. E ai ficava trabalhando pra eles. Eles aviava os freguês ai a gente trabalhava pra pagar eles (...) A produção era seringa, maçaranduba e castanha.” (Augustinha, comunidade Boa Esperança)

As famílias eram conduzidas para as colocações, onde residiam durante alguns meses ao longo do ano, em períodos alternados, no inverno coletavam a castanha, e no verão

extraíam a sorva e realizavam a pesca. Algumas colocações foram referências para as famílias que trabalhavam dentro dos igarapés localizados na área do Lago Amanã, porque nelas estava o barracão dos patrões.

O controle que os patrões mantinham sobre a ocupação do território e a exploração dos recursos naturais é um fator que limitava o acesso à terra, e contribuiu para que as terras onde hoje se localizam as comunidades mais antigas ficassem concentradas em mãos de algumas famílias, que não abriam a exploração para aquelas pessoas que não pertencessem ao grupo de parentesco. Este tipo de controle sobre a ocupação e o uso da terra impedia a formação de grandes povoados, pois apenas a família que tinha autorização para explorar a produção podia residir no local. Geralmente esta família construía apenas uma casa para se abrigar durante o período do fábriço, mantendo uma residência permanente em outro local.

“Vamos supor: se aqui fosse como era naquele tempo, ninguém tinha formado comunidade porque o dono da terra num deixava. Deixava só um, ou o que ele podia controlar. Pro rio Negro também era assim. E se a pessoa chegasse e fizesse uma colocação, sem falar com o dono, sem saber que tinha dono e aparecesse o dono, era formada uma questão, que era invasor né? Aqui acontecia muito isso. Porque quando eu trabalhava com o meu avô, sempre dava esses conflito, de invadir o lugar dos outro assim pra tirar produção. Aí a gente era acusado como invasor. E aí quando tava bem no trabalho e

aparecia o dono do terreno, ele fazia questão do terreno, com a gente. Como ainda aconteceu várias vezes o dono do terreno questionar por causa de seringa, castanha, sorva, madeira. Ainda houve um monte de gente em questão lá por causa disso. Num tomava a produção, mas questionava. Aí tinha que pagar a renda e o dono pedia o lugar, aí liberava. Aqui no Castanho acontecia, aqui no Urini com nós.
“(Jota, comunidade Kalafate)

Além dos fatores sociais ligados à posse e controle da terra, os narradores apontaram alguns fatores ambientais como limitadores da ocupação humana da área de Amanã, tais como as doenças e o isolamento geográfico. Estes fatores limitaram a fixação de moradores nas áreas mais distantes das principais vias fluviais de comunicação:

“Era malária, mas chamavam sezão. Dava um frio, frio, frio que não tinha o que esquentasse. Não morria, mas ficava baquiado. O cara que pegava sezão ficava fraco. Era amarelo, amarelo. Só vivia com febre. Agora não, agora já ta manso. Mas de primeiro dava muito. Mas o pessoal não morava ai, só tirava o fábriço e ia embora logo.”
(Tomaz, comunidade Várzea Alegre).

“Porque a maioria do povo do Amanã foi acabada pela febre amarela. Morreu muita gente de febre amarela aqui no Amanã [...] E os antigos contavam que eles ainda chegaram a ver [...] O avô daí da mulher, o Manoel Feitosa, logo que ele chegou aqui no Amanã tinha muita gente morando aqui, e se acabaram por causa da febre amarela né. Morreram com febre amarela. Ele chegou nessa época por aí pelo rio, e por aí

pelo lago morreu muita gente. Ele ainda chegou a ver. Me lembro que ele contava que chegava numa casa assim, e tava tudo morto lá dentro. Num tinha nenhum vivo. Era porque num tinha assistência.”(Jota, comunidade Kalafate)

O esgotamento dos recursos e a dinâmica ambiental são fatores que estão associados à mobilidade de povoados e de famílias, principalmente de povoados localizados em áreas de várzea onde as terras são baixas e sofrem inundações, mesmo nas pequenas cheias. Algumas famílias faziam uma mobilidade sazonal, se deslocando dos povoados para trabalhar em terras situadas às margens do Lago Amanã ou dentro de igarapés como o Centro Grande, o Baré e o Juazinho, fixando residência por alguns meses enquanto durava a safra dos produtos extrativos.

“Nós morava num lugar e noutro, fazendo tapiri pra morar (...) É porque eu achava bom num lugar ai ia pra lá. Daqui olhe, eu vou contar: do Jacaré, fui pro São José; do São José pro Igarapé-Açu, do Igarapé-açu pro Inajá e de lá pra donde mora o Zé Calazão. Era por causa da produção! Quando ficava difícil a produção num lugar, eu ia pra outro.” (José Antonio, comunidade São José do Urini)

Enquanto a atividade extrativista estivesse sendo compensadora, as famílias continuavam a exploração, mas quando os recursos escasseavam, partiam em busca de outras áreas onde o recurso era mais abundante. Nesse sentido, uma das atividades extrativistas que mais contribuiu para a ocupação do espaço

geográfico da RDSA foi a extração do látex da sorva e da maçaranduba, posto que esta atividade implicava na derrubada das árvores. Enquanto a extração da seringa e da castanha exigiu a residência temporária das pessoas nas colocações, mas poucas foram aquelas que se tornaram pequenos povoados.

A maioria das terras nas quais estavam situados os seringais e castanhais era controlada por comerciantes que compravam, arrendavam ou que requeriam a posse dessas terras junto à coletoria dos municípios. De posse de documentos que comprovavam a propriedade das terras, esses comerciantes tinham acesso a empréstimos junto às agências bancárias, para financiar a exploração dos seringais e castanhais. Portanto, diferente das terras de várzea do médio Solimões que eram passíveis de ocupação por quem nelas se dispusesse a trabalhar (LIMA; ALENCAR, 2001; ALENCAR, 2002) as terras de Amanã de maior valor econômico, as terras firmes, estavam em poder de poucas pessoas, que controlavam a ocupação e a exploração de recursos naturais. Este é um dos principais fatores que impediram a formação de povoados, pois apenas a família que tinha autorização do dono da terra para explorar a produção podia residir no local. Já as áreas de várzea de Amanã, com menor valor econômico, como as várzeas, eram ocupadas para fins de residência, estando aí localizados os povoados mais antigos.

Embora os proprietários de terras fizessem a demarcação de suas terras com a colocação de marcos, as fronteiras entre as terras eram imprecisas. O território era de fato construído

a partir das ações dos trabalhadores que adentravam na mata em busca do látex. Na ânsia de aumentar a produção os extratores se deslocavam por um amplo território em busca da sorva e do leite de maçanduba, em expedições que duravam vários meses, realizando conexões entre sistemas fluviais como o Rio Japurá e o Rio Negro (ALENCAR, 2007). Muitas vezes esses trabalhadores ultrapassavam as fronteiras que delimitavam as propriedades pertencentes a seringalistas aos quais estavam vinculados. Esse tipo de atividade extrativista possuía um alto grau de predação porque utilizava técnicas de extração do látex que consistia no abate das árvores. Embora ocupassem um vasto território em busca das árvores de sorva e maçanduba, os extratores raramente retornavam para os mesmos locais na próxima safra, como ocorria com a extração da seringa, cuja coleta era realizada nas mesmas árvores que formavam as estradas de seringa.

Os anos 70 foram marcados por mudanças significativas da área fundiária, quando a Igreja desenvolve ações voltadas para estimular as famílias que viviam dispersas a formar núcleos de povoamento, as comunidades, e a desenvolver atividades econômicas com menor dependência da exploração extrativista dos recursos naturais, como a agricultura e o cultivo de frutíferas. Estas atividades exigiam um modo de vida mais sedentário, condição necessária para a formação das comunidades. As famílias também foram estimuladas a fazer a “preservação” de certos recursos naturais, como peixe, adotando um sistema de “reserva” de lagos

escolhidos dentre aqueles situados no território de suas comunidades. São realizadas reuniões envolvendo moradores das comunidades, e moradores de várias comunidades que formavam um Setor, para discutir a elaboração de regras visando definir regras para a gestão de recursos naturais e o acesso aos territórios das comunidades e dos setores. A formação de lideranças religiosas para atuar na organização política dos moradores é uma estratégia utilizada pela igreja como forma de promover a autonomia dos moradores das comunidades, capacitando-as a cobrarem do poder público o acesso às políticas de promoção social.

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos a pesquisa sobre a ocupação humana de Amanã havia uma expectativa de encontrar povoados antigos que comprovassem uma longa história de ocupação dessa região, tendo em vista que grande parte dos terrenos da área focal da reserva onde se encontram os povoados é formada por terra firme. No entanto, logo ao chegarmos no primeiro povoado, Santa Luzia do Juazinho, esta expectativa se desfez ao constarmos que o grupo social que ali residia ocupava o lugar havia menos de uma década. Este fato nos levou a elaborar algumas perguntas: Qual a história daquele lugar? Quem foram os primeiros moradores? Por que o lugar foi abandonado? Quais fatores contribuíram para este abandono? Qual a origem das famílias que ocupavam o lugar no momento da pesquisa? Quais fatores foram determinantes na escolha desse lugar? Perguntas como essas foram formuladas para os moradores de todos

os povoados onde realizamos a pesquisa. E foi a partir das suas respostas que buscamos traçar um panorama do processo de ocupação humana da área focal da reserva Amanã.

Seus relatos permitem identificar alguns fatores sociais e ambientais que influenciaram o modo como se deu a ocupação da região. Dentre os fatores ambientais destacam-se as variações sazonais do ambiente como a seca dos lagos e dos paranás durante o verão, que impedia o deslocamento de pessoas e o transporte da produção; a existência de terras ricas em recursos extrativos e lagos piscosos; as doenças tropicais como a malária, que acometia os extratores e impedia a fixação das famílias nos lugares onde predominam lagos de água preta.

Dentre os fatores sociais, podemos destacar o tipo de produção econômica e o controle sobre a terra. A dependência do comércio regional por produtos extrativos (vegetal e animal) resultou na ocupação dispersa do território, seguindo o modelo de ocupação colonial que predominou na Amazônia desde a época colonial. As áreas de terras firmes de Amanã não foram ocupadas com o objetivo de povoamento, e sim para realizar a exploração econômica de recursos naturais com destaque para a borracha, a coleta da castanha, caça e pesca. A sazonalidade ou o esgotamento de alguns recursos em certas áreas levava as famílias a se deslocar em busca de locais mais fartos. A mobilidade das frentes extrativas, e a sazonalidade da produção dificultavam a fixação dos trabalhadores nas áreas de extração, configurando assim um padrão de ocupação humana marcado pela residência dispersa de

famílias, e pela formação de pequenos núcleos de povoamento. Os povoados estavam localizados nas áreas de terra firme ou em áreas de várzea, onde havia mais facilidade de comercializar a produção e adquirir mercadorias.

O controle exercido pelos patrões sobre as terras mais produtivas limitou o povoamento e a ocupação continuada do território por grupos sociais estáveis. Sujeitos aos patrões, os extratores trabalhavam isolados em suas colocações, não conseguindo se articular para fazer qualquer tipo de resistência ao sistema de produção centrado no aviamento e na super exploração da mão de obra. Posteriormente, com o declínio do comércio rural provocado pela queda no preço do látex, os patrões abandonaram as terras porque o comércio de alguns produtos deixou de ser lucrativo. Sem ter a presença dos comerciantes que garantiam a logística para a realização do trabalho extrativo (instrumentos de trabalho e transporte da produção) forneciam mercadorias, principalmente gêneros alimentícios, e recolhiam a produção. Muitos trabalhadores abandonaram as terras e migraram para a área urbana, enquanto outros se fixaram em povoados localizados as margens de rios principais onde passaram a se dedicar à pesca e a agricultura.

Embora as áreas de terra firme de Amanã venham sendo ocupadas há muitas décadas, sem considerarmos aqui a ocupação ameríndia, o caráter competitivo do processo extrativista, a concentração de vastas extensões de terras em mãos de poucas pessoas, os patrões, e a dispersão das famílias são os principais fatores

que impediram a formação e a estabilidade dos povoados. Somente a partir dos anos 70 é que surgiram os núcleos de povoamento que se caracterizaram pela estabilidade da população e pela existência de uma organização política com a formação das comunidades. Como disse um morador da comunidade de Samaria, “antigamente as pessoas viviam assim de emboláu pelas beiradas” (ZANI, 2005). A partir dos anos 70, com as ações da igreja Católica visando à formação das comunidades eclesiais de base, as famílias foram estimuladas a se reunir para formar as comunidades, marcando outro momento do processo da ocupação humana de Amanã.

Nas últimas décadas as mudanças que ocorrem na região estão relacionadas tanto a fatores ambientais, como a oferta de recursos naturais, quanto ao sistema de produção econômica ancorado no extrativismo, que era a base de um comércio rural marcado pelo controle fundiário de grandes extensões de terras. A falência do comércio rural também afetou a maneira como se dava o acesso aos recursos naturais, e a política fundiária.

De grandes porções de terras controladas por um único indivíduo o patrão, passa-se para os pequenos territórios controlados por uma coletividade, as comunidades, que definem regras de uso de recursos e de acesso ao território. No final dos anos 90 ocorrem novas mudanças na forma como essas populações passam a se relacionar com seus territórios e a

fazer uso dos recursos naturais. Com a criação da RDSA, a “Reserva”, elas se tornam populações residentes de uma unidade de conservação e são conscientizadas do seu novo papel de gestor de recursos que estavam disputando com pessoas de outras regiões, e até de outros estados.

Mas nos primórdios do século XXI outros fatores sociais se apresentam como propulsores da dinâmica da ocupação territorial da RDSA. Trata-se das demandas de grupos sociais pelo reconhecimento como grupo étnico (REIS, 2004; LIMA SOUZA, 2006), e a garantia de seus direitos constitucionais ao território, e os conflitos ideológicos de cunho religiosos que geram a fissão de grupos sociais e a formação de novas comunidades. Entender esses processos é de fundamental importância para o desenvolvimento de ações de gestão do território e para a realização de projetos visando o manejo de recursos naturais em bases sustentáveis, e que sejam capazes de promover a equidade social.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM/MCT, pelo apoio financeiro. Aos pesquisadores, técnicos e funcionários do IDSM que contribuíram de várias maneiras para que a pesquisa fosse desenvolvida com tranquilidade, segurança. Aos moradores das comunidades da RDSA que me receberam em suas casas, partilharam suas memórias e entenderam a importância da pesquisa que estava sendo realizada.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. F. **Terra caída: encanto, lugares e identidades**. Brasília, 2002. 245f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia. Brasília, 2002
- ALENCAR, E. F. **Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA**. 2007. 168p. Relatório Final.
- ALENCAR, E. F. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. **Teoria & Pesquisa**. v.16, n. 2, p. 95-110, 2008.
- ALMEIDA, R. H. **O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ARNAUD, E. **O índio e a expansão nacional**. Belém: CEJUP, 1979.
- CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta Editora, 1998.
- COSTA, B. **Plano de manejo comunitário de patrimônio arqueológico existe na RDS Amanã, AM**. Relatório Técnico Final de Bolsa Pesquisa CNPq. IDSM-OS/MCT. 2009. Impresso.
- DRUMMOND, J. C. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LIMA, D. M.; ALENCAR, E. F. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões, AM. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.) **População e Meio Ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- LIMA, D.; ALENCAR, E. A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do médio Solimões. **Lusotopie**, 2001 p27-48
- LIMA, D.; SOUZA, P. Novos pedidos de reconhecimento no médio Solimões: a ascensão das *comunidades* indígenas. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. **Povos Indígenas no Brasil 2001/2005**. Editora: Instituto Socioambiental, 2006
- LOUREIRO, A. **Amazônia: 10.000 Anos**. Manaus: Ed. Metro Cúbico, 1982. 206 p.
- OLIVEIRA, A. E. Ocupação humana. In: SALATI, E.; SCHUBART, J. W. H.; OLIVEIRA, A. E. (Ed.). **Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia**. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1983.
- REIS, M. Terra Indígena Porto Praia: alternativa de posse de território e resistência à ordem socioambiental na RDS Mamirauá/AM In: RICARDO, F.; MACEDO, V. (Org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza – o desafio das sobreposições territoriais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

RIBEIRO, B. **Amazônia Urgente: cinco séculos de história e ecologia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

THOMSON, A. 2002. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de Historia**, v.22, n.44, 2002.

THOMSON, A. 1997. Reconstituindo a Memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto, História**, n. 15, 1997.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica, estudo do homem nos trópicos**. Belo Horizonte. Ed. Villa Rica, 1988.

WEINSTEIN, B. **The Amazon Rubber Boom**. Stanford: Stanford University Press, 1983.

WOSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.